

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO

Estudo Técnico Preliminar 54/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23305.006054.2026-05

2. Descrição da necessidade

O IFSP – Campus Cidade Tiradentes encontra-se em fase final de implantação, no contexto da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A unidade já dispõe de infraestrutura física parcialmente concluída, que contempla novos ambientes acadêmicos, administrativos e laboratoriais, bem como a incorporação progressiva de mobiliários, instalação de equipamentos e demais bens patrimoniais, os quais demandam medidas contínuas de proteção.

A contratação de serviços de vigia (CBO 5174-20), com dedicação exclusiva de mão de obra, mostra-se necessária para assegurar a integridade do patrimônio público, prevenir ocorrências como furtos, vandalismo e acessos indevidos, bem como garantir o controle de entrada e saída de pessoas e materiais nas dependências do campus.

Ressalta-se que, por se tratar de unidade ainda em consolidação, há aumento da vulnerabilidade patrimonial, especialmente em períodos noturnos e de baixa ocupação, o que reforça a necessidade de vigilância permanente, ainda que de caráter desarmado e não especializado, compatível com as atribuições da referida CBO.

Adicionalmente, a contratação contribui para a adequada preparação do campus para o início de suas atividades acadêmicas e administrativas, assegurando condições mínimas de funcionamento, organização e segurança institucional. Dessa forma, a presente demanda alinha-se ao interesse público, à proteção do erário e à necessidade de garantir a continuidade da implantação da unidade, sendo medida imprescindível para resguardar os ativos públicos e apoiar a futura operação do campus.

A contratação se trata de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra pois tem caráter essencial e permanente em sua prestação e necessita de funcionários alocados dentro do campus pelo período de 24h diárias ininterruptas, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

Outrossim, o serviço a ser contratado terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos moldes da Lei 14.133/2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria Geral do Campus Cidade Tiradentes - DRG-CIT	Christian Tadeu Gilioti

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. Requisitos Gerais do Serviço

A contratação tem por objeto a prestação de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra, de vigia, profissionais enquadrados na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 5174-20.

Os serviços têm caráter preventivo, de controle e observação, voltados à proteção do patrimônio público, controle de acesso e apoio à rotina administrativa e acadêmica do IFSP - Campus Cidade Tiradentes.

Não se trata de serviços de vigilância patrimonial armada, não sendo aplicáveis as exigências da Lei nº 7.102/1983.

2. Requisitos Técnicos da Prestação dos Serviços

A contratada deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Disponibilização de profissionais na função de vigia, com perfil compatível com atividades de:
 - controle de acesso de pessoas e veículos;
 - ronda nas dependências do campus;
 - observação e registro de ocorrências;
 - apoio à segurança institucional de forma preventiva;
- Profissionais alfabetizados, com capacidade de comunicação e registro de informações;
- Apresentação de empregados uniformizados e identificados;
- Disponibilização de equipamentos básicos necessários à execução dos serviços, tais como:
 - rádios comunicadores (quando necessário);
 - lanternas;
 - livro ou sistema de registro de ocorrências;
- Vedação ao uso de armas de fogo ou equipamentos típicos de segurança armada;
- Atuação restrita às atividades compatíveis com a função de vigia.

3. Requisitos de Qualificação Técnica

Para fins de habilitação, a futura contratada deverá comprovar:

- Experiência prévia na prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, compatíveis com o objeto, de no mínimo 2 (dois) anos;
- Apresentação de atestados de capacidade técnica, demonstrando execução de serviços de apoio, controle de acesso, portaria ou atividades correlatas;
- Capacidade operacional para mobilização e gestão de equipe em regime contínuo;
- Regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

4. Requisitos Trabalhistas e de Dedicação Exclusiva

A contratada deverá:

- Alocar profissionais com dedicação exclusiva ao contrato durante a jornada;
- Observar integralmente a legislação trabalhista e a convenção coletiva aplicável à categoria de vigias/porteiros;
- Garantir:
 - pagamento de salários compatíveis com o piso da categoria;
 - concessão de benefícios obrigatórios (vale-transporte, alimentação, etc.);
 - recolhimento de encargos sociais (FGTS, INSS);
- Apresentar mensalmente documentação comprobatória das obrigações trabalhistas;
- Manter preposto responsável pela gestão contratual;
- Substituir imediatamente empregados ausentes, evitando descontinuidade do serviço.

5. Requisitos de Sustentabilidade

A contratação deverá observar:

- Uso racional de recursos (energia, materiais);
- Fornecimento de uniformes com durabilidade adequada;
- Redução de desperdícios na execução do contrato;
- Observância ao Plano de Logística Sustentável do órgão.

6. Requisitos para o profissional a ser contratado (Vigia):

- Escolaridade mínima: Diploma de ensino médio. Familiaridade com tecnologias de segurança, como câmeras de vigilância e sistemas de controle de acesso. Serão diferenciais: experiência prévia na função de porteiro ou de vigia, certificações em primeiros socorros e brigadista. Habilidade em lidar com situações de emergência e conflitos.
- Vedações: funcionário com curso de vigilante.
- Os profissionais deverão atuar com urbanidade, respeito e postura adequada ao ambiente educacional;
- Atendimento adequado a pessoas com deficiência e ao público em geral;
- Vedação a condutas discriminatórias;

7. Requisitos Operacionais

Considerando tratar-se de unidade em fase inicial:

- Flexibilidade para ajustes operacionais no início do contrato;
- Apoio na implementação de rotinas de controle de acesso;
- Atuação preventiva em ambiente ainda em consolidação;

8. Requisitos de Gestão e Fiscalização

- A execução será acompanhada por fiscal designado, conforme a Lei nº 14.133/2021;
- A contratada deverá apresentar:
 - relatórios de ocorrências;
 - controle de frequência dos profissionais;
- A Administração poderá estabelecer indicadores de desempenho;
- Aplicação de penalidades em caso de descumprimento contratual.

9. Vedação de participação:

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, opta-se pela vedação à participação de empresas em consórcio, tendo em vista que o objeto consiste na contratação de serviços contínuos de vigia (CBO 5174-20), com dedicação exclusiva de mão de obra, de natureza comum e amplamente ofertados no mercado.

Há diversas empresas aptas a executar integralmente o objeto de forma individual, não sendo necessária a conjugação de esforços entre empresas. Ademais, a admissão de consórcios pode reduzir a competitividade e aumentar a complexidade da gestão e fiscalização contratual.

Dessa forma, a vedação mostra-se medida adequada e proporcional, em observância aos princípios da eficiência, competitividade e interesse público.

Na presente contratação, haverá vedação à participação de cooperativas de trabalho, decorrente da natureza do objeto, consistente na prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, que pressupõe a existência de subordinação, pessoalidade, habitualidade e onerosidade na execução das atividades.

Nesse contexto, a participação de cooperativas mostra-se incompatível com o modelo contratual adotado, uma vez que a execução dos serviços exige a alocação contínua de trabalhadores sob coordenação direta da contratada, com controle de jornada e cumprimento de escalas previamente definidas, características que podem descaracterizar o regime cooperativista e ensejar riscos de reconhecimento de vínculo empregatício.

A medida encontra respaldo no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, no âmbito da ação civil pública nº 01082-2002-020-10-00-0, bem como no entendimento consolidado no Parecer nº 002/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho de Aprovação nº 00006/2023/SGPP/CGU/AGU, que orientam pela vedação de cooperativas em contratações dessa natureza.

Tal vedação visa resguardar a Administração de riscos trabalhistas e garantir a adequada execução contratual, em conformidade com a legislação vigente e com os entendimentos dos órgãos de controle.

5. Levantamento de Mercado

Identificação das Soluções Disponíveis no Mercado

Para atendimento da necessidade de segurança patrimonial e controle de acesso do IFSP - Campus Cidade Tiradentes, foram identificadas as seguintes soluções disponíveis no mercado:

Solução 1 – Contratação de Serviços de Vigia (CBO 5174-20)

Consiste na contratação de profissionais para execução de atividades de:

- controle de acesso de pessoas e veículos;
- rondas periódicas nas dependências;
- observação e registro de ocorrências;
- apoio à segurança institucional de forma preventiva.

Trata-se de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, sem uso de armamento e sem exigência de autorização da Polícia Federal.

Solução 2 – Contratação de Serviços de Vigilância Patrimonial (Lei nº 7.102/1983)

Consiste na contratação de empresa especializada em vigilância, com profissionais habilitados como vigilantes, podendo envolver:

- vigilância armada ou desarmada;
- exigência de formação específica e reciclagem periódica;
- necessidade de autorização e fiscalização pela Polícia Federal.

Apresenta maior grau de complexidade regulatória e custo elevado.

Solução 3 – Implantação de Sistema de Monitoramento Eletrônico Remoto

Consiste na utilização de tecnologias como:

- câmeras de videomonitoramento (CFTV);
- sensores de presença e alarmes;
- centrais remotas de monitoramento.

Essa solução atua de forma automatizada, com acompanhamento remoto das instalações.

Análise Comparativa das Soluções

a) Serviços de Vigilância Patrimonial (Vigilante)

Embora ofereçam maior robustez em termos de segurança ostensiva, apresentam:

- custo significativamente mais elevado;
- exigências legais mais rigorosas;
- desnecessidade frente ao perfil do campus, especialmente em fase inicial de operação.

Assim, mostram-se desproporcionais à necessidade atual, contrariando o princípio da economicidade.

b) Monitoramento Eletrônico Remoto

Apesar de contribuir para a segurança patrimonial, essa solução:

- não realiza controle físico de acesso;
- não substitui a presença humana para ações preventivas;
- não permite pronta intervenção em situações de risco;
- depende de infraestrutura tecnológica ainda não plenamente implantada no novo campus.

Dessa forma, o monitoramento remoto não se mostra suficiente como solução isolada, devendo ser considerado como ferramenta complementar à segurança patrimonial.

c) Serviços de Vigia (CBO 5174-20)

Apresentam as seguintes vantagens:

- adequação ao caráter preventivo da necessidade;
- menor custo em relação à vigilância armada;
- maior flexibilidade operacional;
- compatibilidade com atividades de controle de acesso e apoio à rotina institucional;
- ausência de exigências regulatórias complexas.

Mostram-se suficientes para garantir a segurança inicial do campus, pois o Campus Cidade Tiradentes é uma unidade em fase inicial de implantação e possui um perfil institucional educacional, com atividades predominantemente acadêmicas e administrativas.

Solução a ser adotada:

Após análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a solução mais adequada, técnica e economicamente viável é a contratação de serviços contínuos de vigia (CBO 5174-20), com dedicação exclusiva de mão de obra.

Tal solução atende plenamente à necessidade da Administração, garantindo:

- segurança patrimonial preventiva;
- controle de acesso;
- apoio à operação do campus;
- observância aos princípios da economicidade, eficiência e proporcionalidade.

Registra-se que o monitoramento eletrônico remoto, embora insuficiente de forma isolada, poderá ser adotado de forma complementar, compondo uma estratégia integrada de segurança institucional, em conjunto com os serviços de vigia.

Análise Comparativa de Contratações Similares

Foram analisadas contratações públicas vigentes no âmbito do IFSP (UASG 158154), envolvendo serviços de apoio à segurança patrimonial, abrangendo tanto vigias (CBO 5174-20) quanto vigilância patrimonial.

Campus	Tipo de Serviço	Nº de Postos	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	Processo
Sorocaba	Vigia	2 (diurno e noturno)	R\$ 20.271,34	R\$ 243.256,08	23305.025852.2025-47
<u>Capivari</u>	Vigia	2 (diurno e noturno)	R\$ 24.000,00	R\$ 288.000,00	23430.002261.2025-66
Osasco	Vigilante	2 (diurno e noturno)	R\$ 27.740,00	R\$ 332.880,00	23305.000985.2026-91
Rio Claro	Vigilante	2 (diurno e noturno)	R\$ 26.250,00	R\$ 315.000,00	23305.027263.2025-0

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de serviços contínuos de vigia – CBO 5174-20 - com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados nas dependências do IFSP - Campus Cidade Tiradentes. A Contratação terá vigência inicial de 12 meses, sendo de 1 (um) posto diurno e 1 (um) posto noturno, na escola 12x36, das 07h Às 19h de segunda a domingo inclusive feriados.

Os serviços compreenderão, de forma integrada:

- controle de acesso de pessoas e veículos;
- realização de rondas periódicas nas áreas internas e externas;
- observação preventiva das instalações;
- registro e comunicação de ocorrências;
- apoio à segurança institucional em caráter não ostensivo.

A execução será realizada de forma contínua, com cobertura de postos em regime de turnos, conforme dimensionamento a ser definido no Termo de Referência, garantindo a proteção do patrimônio público e a regularidade das atividades acadêmicas e administrativas.

A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. Nos termos do art. 28, inciso I, o pregão é a modalidade aplicável para a aquisição de bens e serviços comuns, o art. 6º, inciso XIII, da referida lei, define como bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

O objeto da presente contratação enquadra-se como serviço comum, tendo em vista que: possui padrões de execução amplamente difundidos no mercado, sendo rotineiramente contratado pela Administração Pública; pode ser descrito de forma objetiva e padronizada, com definição clara de atividades a serem desempenhadas, jornada de trabalho, quantitativos de postos, requisitos mínimos dos profissionais, não envolve soluções inovadoras, complexidade técnica elevada ou necessidade de desenvolvimento sob medida; admite comparação objetiva entre propostas, com base em critérios de preço e conformidade técnica. Além disso, trata-se de serviço de natureza material e acessória, enquadrando-se nas atividades passíveis de terceirização, conforme entendimento consolidado e boas práticas administrativas.

A adoção do pregão eletrônico justifica-se pelas seguintes razões:

- Maior competitividade, permitindo ampla participação de fornecedores em âmbito nacional;
- Transparência e rastreabilidade, com todas as fases realizadas em sistema eletrônico;
- Economia para a Administração, em razão da disputa de lances;
- Alinhamento às diretrizes de governança e transformação digital das contratações públicas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades foi realizada com base na análise da necessidade operacional do IFSP - Campus Cidade Tiradentes, considerando:

- a necessidade de controle de acesso contínuo;
- a realização de rondas preventivas;
- a proteção do patrimônio público;
- o funcionamento ininterrupto da unidade, inclusive em finais de semana e feriados.

1. Dimensionamento dos Postos

Para atendimento da demanda identificada, estimou-se a necessidade de:

- 01 (um) posto de vigia – turno diurno
- 01 (um) posto de vigia – turno noturno
- escala 12x36 horas
- cobertura contínua de segunda-feira a domingo, inclusive feriados

2. Jornada de Trabalho

Os postos serão distribuídos da seguinte forma:

- Posto diurno: das 07h às 19h

- Posto noturno: das 19h às 07h

Essa configuração assegura cobertura integral de 24 (vinte e quatro) horas por dia, garantindo a continuidade dos serviços de apoio à segurança patrimonial.

3. Quantitativo de Profissionais Envolvidos

Considerando o regime de trabalho 12x36, cada posto demanda:

- 02 (dois) profissionais por posto, para cobertura da escala;

4. Justificativa do Dimensionamento

O quantitativo proposto mostra-se adequado em razão de:

- tratar-se de campus em fase inicial de funcionamento;
- necessidade de cobertura contínua (24h);
- perfil de risco moderado, sem exigência de vigilância ostensiva;
- necessidade de presença física para controle de acesso e rondas.

A adoção de apenas dois postos (diurno e noturno) atende ao princípio da economicidade, evitando superdimensionamento da contratação, sem comprometer a segurança institucional

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 304.684,89

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com o objetivo de subsidiar a análise de viabilidade da solução proposta e orientar a tomada de decisão quanto à alternativa mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 18, §1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021 .

A estimativa de preços observou as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que disciplina os procedimentos para pesquisa de preços no âmbito da Administração Pública Federal, foram utilizadas as seguintes fontes: Painel de Preços do Governo Federal; Contratações similares no âmbito do IFSP (UASG 158154).

Considerando tratar-se de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, a estimativa do valor da contratação foi estruturada com base na planilha de custos e formação de preços, instrumento essencial para a adequada composição do valor do serviço.

A planilha contempla, de forma detalhada:

- custos diretos com mão de obra, incluindo:
 - salário-base da categoria (conforme convenção coletiva);
 - adicionais legais (noturno);
- encargos sociais e trabalhistas;
- benefícios obrigatórios (vale-transporte, auxílio-alimentação, entre outros);
- insumos e custos operacionais;
- custos indiretos;
- lucro da contratada.

A adoção da planilha assegura que o valor estimado reflita o custo real da execução contratual, evitando propostas inexequíveis ou sobrepreço, em consonância com os modelos e boas práticas da Administração Pública.

Para os insumos, os valores coletados foram analisados de forma crítica, no painel de preços do sistema compras.gov, considerando: a exclusão de valores discrepantes ou inconsistentes; priorização de contratações recentes e compatíveis com o objeto. A definição do valor estimado total da contratação utilizou a média de preços de contratações públicas (insumos) e o valor obtido na planilha de custos e formação de preços elaborada pela administração. O valor global estimado será obtido a partir da seguinte lógica: custo mensal por posto (apurado na planilha de custos) × número de postos × 12 meses.

Serviço:		Serviço de Vigia			
N.	Tipo	Mensal		Anual	
		Por Funcionário	Posto	Por Funcionário	Posto
1	Vigia Diurno 12 X 36	R\$ 5.838,91	R\$ 11.677,81	R\$ 70.066,87	R\$ 140.133,74
2	Vigia Noturno 12 X 36	R\$ 6.856,30	R\$ 13.712,60	R\$ 82.275,57	R\$ 164.551,15
-	Total	R\$ 12.695,20	R\$ 25.390,41	R\$ 152.342,45	R\$ 304.684,89

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve avaliar a viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa.

Em análise à natureza do objeto, verificou-se que:

- os serviços possuem caráter contínuo e indivisível;
- há necessidade de padronização operacional;
- exige-se gestão unificada da equipe alocada;
- a execução envolve interdependência entre os postos (diurno e noturno).

O eventual parcelamento da solução, com a contratação de mais de uma empresa para execução dos serviços, poderia acarretar:

- dificuldade na coordenação das atividades e na comunicação entre equipes distintas;
- risco de descontinuidade na prestação dos serviços;
- aumento da complexidade da fiscalização contratual;
- possibilidade de conflitos operacionais entre contratadas;
- comprometimento da eficiência na execução dos serviços.

Além disso, a divisão do objeto poderia prejudicar a uniformidade dos procedimentos de segurança, essencial para o adequado funcionamento do campus.

Sob o aspecto econômico, o parcelamento não se mostra vantajoso, tendo em vista que:

- não há ganho relevante de competitividade, considerando a ampla atuação de empresas no segmento;
- a contratação integrada permite economia de escala;
- a gestão de múltiplos contratos implicaria aumento de custos administrativos;
- poderia haver elevação indireta dos preços em razão da fragmentação da demanda.

Não é tecnicamente nem economicamente recomendável o parcelamento da solução, devendo a contratação ser realizada de forma única, contemplando todos os postos de trabalho necessários.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Consideram-se contratações correlatas aquelas que, embora independentes, guardam relação com o objeto e contribuem para o alcance dos resultados pretendidos.

No presente caso, destacam-se:

- Serviços de limpeza e conservação: contribuem para a organização do ambiente e facilitam a atuação preventiva dos vigias;
- Serviços de manutenção predial: garantem condições adequadas de infraestrutura (portões, iluminação, cercamento), essenciais para a segurança patrimonial;
- Fornecimento e manutenção de sistemas de iluminação externa: aumentam a visibilidade e reduzem riscos de ocorrências.

Ambos os serviços fazem parte do planejamento de futuras contratações para o Campus Cidade Tiradentes.

São consideradas interdependentes aquelas cuja execução influencia diretamente a eficácia da solução adotada.

No contexto da presente contratação, destacam-se:

- Sistema de monitoramento eletrônico (CFTV):
 - Atua de forma complementar à vigilância humana;
 - Permite registro e acompanhamento remoto de ocorrências;
 - Amplia a capacidade de supervisão dos ambientes;
- Sistemas de controle de acesso (catracas, registros eletrônicos):
 - Auxiliam na identificação e rastreabilidade de entradas e saídas;
 - Reduzem a dependência exclusiva de controle manual.

Ambos os serviços fazem parte do planejamento de futuras contratações para o Campus Cidade Tiradentes.

A eficácia dos serviços de vigia está diretamente relacionada à integração com as contratações mencionadas, formando um sistema de segurança institucional complementar, composto por: presença física (vigias); tecnologia (monitoramento eletrônico) e infraestrutura (iluminação, controle de acesso, barreiras físicas).

Ressalta-se que, embora relevantes, tais contratações não são condicionantes para a execução do objeto, podendo ser implementadas de forma gradual, conforme planejamento institucional.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao planejamento institucional do órgão, em conformidade com o disposto no art. 18, caput, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de planejamento prévio das contratações públicas. A demanda está formalmente prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, sob o identificador:

ID PCA: 158154-56/2026

A contratação dos serviços contínuos de vigia (CBO 5174-20) está diretamente relacionada aos objetivos estratégicos do IFSP, especialmente no que se refere a:

- garantia da segurança patrimonial;
- proteção de bens públicos;
- asseguração das atividades acadêmicas e administrativas;
- suporte à implantação e funcionamento do novo campus.

A contratação é compatível com os instrumentos de planejamento e orçamento público, em especial:

- Plano Plurianual (PPA);
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- Lei Orçamentária Anual (LOA).

A despesa decorrente da contratação está vinculada às ações orçamentárias destinadas à manutenção e funcionamento das unidades do IFSP.

A contratação também está alinhada ao Plano de Logística Sustentável (PLS) do IFSP, instituído por meio da PORTARIA Nº 3981/IFSP, DE 25 DE JULHO DE 2024.

Nesse contexto, a presente contratação observa diretrizes de sustentabilidade, tais como:

- uso racional de recursos materiais e energéticos;
- incentivo à adoção de práticas operacionais sustentáveis;
- promoção de condutas ambientalmente responsáveis na execução contratual;
- alinhamento com políticas institucionais de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos serviços contínuos de apoio à segurança, por meio de vigias (CBO 5174-20), com dedicação exclusiva de mão de obra, proporcionará benefícios diretos e indiretos à Administração, contribuindo para o adequado funcionamento do IFSP - Campus Cidade Tiradentes.

1. Benefícios Operacionais:

- Garantia de segurança patrimonial preventiva, por meio da presença contínua de profissionais nas dependências do campus;
- Controle efetivo de acesso de pessoas e veículos, reduzindo riscos de entrada não autorizada;
- Realização de rondas periódicas, contribuindo para a identificação precoce de situações de risco;
- Registro e comunicação de ocorrências, possibilitando atuação tempestiva da Administração.

2. Benefícios Institucionais

- Asseguramento do funcionamento regular das atividades acadêmicas e administrativas;
- Proteção do patrimônio público, especialmente relevante em campus em fase inicial de implantação;
- Melhoria da percepção de segurança por parte de servidores, alunos e comunidade externa;
- Apoio à consolidação da infraestrutura institucional.

3. Benefícios de Gestão e Governança

- Fortalecimento dos mecanismos de controle interno, por meio de registros sistemáticos de ocorrências;
- Aprimoramento da fiscalização contratual, com definição clara de responsabilidades e rotinas;
- Redução de riscos operacionais e institucionais, conforme matriz de riscos elaborada;
- Maior previsibilidade na execução dos serviços, típica de contratos contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

4. Benefícios Socioambientais

- Alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS) do IFSP, incentivando práticas responsáveis na execução contratual;
- Promoção de ambiente seguro e adequado à comunidade acadêmica;
- Contribuição para a responsabilidade social, mediante geração de empregos formais e observância da legislação trabalhista.

Com a implementação da contratação, espera-se: prevenção de ocorrências relacionadas à segurança patrimonial; eficiência no controle de acesso, na organização e funcionamento do campus.

13. Providências a serem Adotadas

Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve identificar as providências necessárias à adequada execução do objeto antes da formalização da contratação .

Nesse contexto, foram identificadas as seguintes medidas preparatórias:

1. Providências Estruturais e Operacionais

- Definição dos locais de atuação dos vigias (postos de trabalho);
- Organização dos pontos de controle de acesso;
- Verificação das condições físicas mínimas para execução dos serviços (iluminação, acessos, instalações);
- Disponibilização de espaço adequado para apoio aos profissionais (quando aplicável);
- Estruturação inicial das rotinas de segurança do campus.

2. Providências Tecnológicas e Complementares

- Avaliação da necessidade de integração com sistemas de monitoramento eletrônico (CFTV);
- Verificação de sistemas de controle de acesso existentes ou em implantação;
- Planejamento de melhorias futuras na infraestrutura de segurança.

3. Providências para Início da Execução Contratual

- Planejamento da mobilização inicial da contratada;
- Definição de cronograma de início dos serviços;
- Realização de reunião inicial com a empresa contratada para alinhamento das obrigações;
- Estabelecimento de fluxos de comunicação entre contratada e Administração.
- Designação formal da equipe de fiscalização;
- Capacitação dos servidores envolvidos na fiscalização, especialmente quanto a:
 - contratos com dedicação exclusiva de mão de obra;
 - verificação de obrigações trabalhistas;
- Definição de instrumentos de controle, tais como:
 - modelo de registro de ocorrências;
 - controle de frequência dos empregados;
 - relatórios de execução.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Nos termos do art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o planejamento da contratação deve considerar aspectos relacionados à sustentabilidade e aos possíveis impactos ambientais decorrentes da execução do objeto .

A contratação de serviços contínuos de vigia (CBO 5174-20), com dedicação exclusiva de mão de obra, apresenta baixo impacto ambiental direto, tendo em vista sua natureza predominantemente operacional e não intensiva em recursos naturais.

Ainda assim, podem ser identificados os seguintes impactos potenciais:

- Consumo de energia elétrica, relacionado à permanência dos profissionais em postos de trabalho (iluminação, equipamentos de apoio);

- Geração de resíduos sólidos, como materiais administrativos e descartáveis eventualmente utilizados na execução dos serviços;
- Uso de uniformes e materiais, que demandam recursos para fabricação e descarte.

Com vistas à redução dos impactos identificados, serão adotadas as seguintes medidas:

- Incentivo ao uso racional de energia elétrica, especialmente em postos de vigilância;
- Orientação aos profissionais quanto à redução de desperdícios e uso consciente de recursos;
- Prioridade para utilização de uniformes com maior durabilidade e qualidade, reduzindo a necessidade de substituições frequentes;
- Destinação adequada de resíduos eventualmente gerados;
- Estímulo a práticas sustentáveis no âmbito da execução contratual.

A contratação está alinhada ao Plano de Logística Sustentável (PLS) do IFSP, instituído pela Portaria nº 3981 /IFSP, de 25 de julho de 2024, que estabelece diretrizes para:

- redução de impactos ambientais nas contratações públicas;
- uso eficiente de recursos;
- promoção de práticas sustentáveis no âmbito institucional.

Nesse sentido, a execução contratual deverá observar tais diretrizes, contribuindo para o cumprimento das metas institucionais de sustentabilidade.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação apresenta baixo impacto ambiental, sendo compatível com as diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública, os impactos identificados são controláveis e mitigáveis, mediante adoção de boas práticas operacionais e a solução está alinhada ao Plano de Logística Sustentável (PLS) do IFSP, reforçando o compromisso institucional com a sustentabilidade.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento da contratação, concluiu que a contratação de serviços contínuos de apoio à segurança patrimonial, por meio de vigias (CBO 5174-20), com dedicação exclusiva de mão de obra, mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

A contratação está em conformidade com:

- a Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao planejamento da contratação;
- a IN SEGES/ME nº 65/2021, no que se refere à pesquisa de preços;
- o Plano de Contratações Anual (PCA 2026) – ID 158154-56/2026;
- o Plano de Logística Sustentável (PLS) do IFSP.

Além disso, o objeto foi corretamente caracterizado como serviço comum, permitindo a adoção do pregão eletrônico; foram observados os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento.

Diante do exposto, conclui-se que: A contratação é necessária, adequada e vantajosa para a Administração; a solução escolhida é proporcional à necessidade do campus e o processo atende aos requisitos legais e às boas práticas de governança.

Opina-se, portanto, pela viabilidade da contratação e pela continuidade do processo licitatório, com a elaboração do Termo de Referência e demais atos subsequentes.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GIOVANA MOREIRA DA COSTA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 09:10:23.

GABRIEL RENATO DO NASCIMENTO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 10:54:36.